

01-0170/2005

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI 01 - 0170 / 2005 DE 2005

MATÉRIA LEGISLATIVA PL 01 - 0170 / 2005 DE 07/04/2005

PROMOVENTE VEREADOR LENICE LEMOS

EMENTA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA INSERÇÃO DE MATERIAL
PUBLICITÁRIO PREVENTIVO, NOS ANÚNCIOS DE BEBIDAS
ALCOÓLICAS FEITOS EM SÃO PAULO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DELIBERAÇÃO

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
21/3/2011 14:58:48

00000059164-53



ARQUIVADO EM 29/11/2010

CHEFE DE SEÇÃO
Adriana da França Silva
Consultor Tec. Legist. - Bibliotecário
Supervisor Acervo Gral. - SGP-33



ACR



Folha nº 01 do projeto
Nº 170-05
Ademir Cezar - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

Câmara Municipal de São Paulo

LIDO HOJE
AS COMISSÕES DE: 4 ABR 2005
Constituição e Justiça
Pol. Urb. Meio-amb. e M. Ambiente
Administração Pública
Saúde, Prom. Social e Trabalho
Finanças e Orçamento

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 01-PL
01-0170/2005

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de material publicitário preventivo, nos anúncios de bebidas alcoólicas feitos em Paulo e dá outras providências.

15 ABR 2005

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - Fica obrigatória a inserção de material publicitário de prevenção e de combate ao alcoolismo, nos anúncios de bebidas alcoólicas feitos em "outdoors" na cidade de São Paulo.

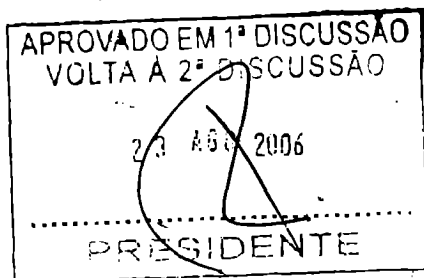
§ 1º - O espaço reservado para essas inserções será de 20% (vinte por cento) da largura do "outdoor", ocupando a altura total do espaço reservado.

§ 2º - Este espaço poderá ser utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde ou por entidades não governamentais que desenvolvam projetos de prevenção e combate ao alcoolismo.

Art. 2º - O descumprimento do disposto na presente lei acarretará, ao fabricante do produto anunciado, multa de 4 (quatro) salários mínimos vigentes, por exposição, além da retirada do anúncio de circulação.

Parágrafo único - O montante total do recolhimento das multas referidas neste artigo será destinado à Secretaria Municipal de Saúde para destinação, no seu orçamento anual, a programas de tratamento de doenças relacionadas ao consumo de álcool.

Art. 3º - Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.



TRIPOLI

Oliver A. ...

de meest bekende en
gebruikelijke is de volgende

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEQUESTRADO EM 1905
300 1º 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1

Adelina Cicone
Assistente Parlamentare
Registro 100.406

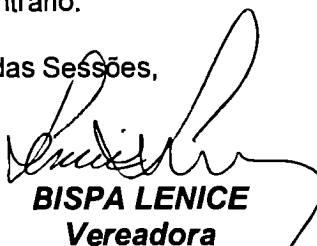


Câmara Municipal de São Paulo

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,


BISPA LENICE
Vereadora



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 03 do proc.
Nº 170 de 05
Adm. C. - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com este Projeto de Lei criar um mecanismo de prevenção direta ao consumo de bebidas alcoólicas, não obstante, sentimos a obrigação de vincular este material para advertir os consumidores no momento imediato da sua divulgação e promoção.

Isso porque o conteúdo e os temas das campanhas publicitárias das bebidas alcoólicas, a exemplo das campanhas ligadas ao cigarro, induzem o consumidor ao erro, insinuando que é possível atingir outros fins com o consumo dos produtos, que não condizem com a realidade, além de não advertir dos riscos que oferecem a saúde e outras conseqüências que o seu consumo pode causar.

O espaço reservado dentro de cada anúncio ainda é muito pequeno se analisadas as conseqüências do alcoolismo e os gastos enormes que ele gera para a saúde e para a segurança pública, além de ser um produto que causa dependência.

Desta forma, devemos analisar que muitas famílias já foram completamente desestruturadas por conseqüência do consumo do álcool e não podemos permitir que essas famílias sejam destruídas, pois elas são as células do agrupamento humano e assim sendo será a reflexão para toda a sociedade.

Assim, submeto aos Nobres Senhores Vereadores esta proposta, esperando sua aprovação.



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Papel para informação, rubricado como folha nº 04

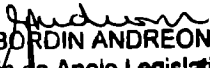
do processo n.º 01-170 de 2005 141 06 105 (a) 00

Adelina Cicone Battochio
Assistente Parlamentar
RF 100406

Sobre o assunto consta:

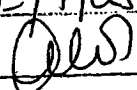
PL 771/03, 549/03, 709/01,
LEI 13.270/02, 13.534/03

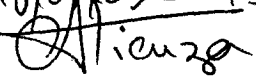

Inácio Veiga
Supervisor de Contr. do Proc. Leg.
SGP-22

À Com. de Constituição e Justiça
28 06 05
.....

ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 28/06/05 às 18:50 h


MÁRIO SÉRGIO HORTA
RF 101.086
Secretário

RECEBIDO NA AGJ-3	
SUPERVISOR DE	TECNICO-
JURIDICO	ATIVO
EM 10/7/05	19 HS
POR 	

Saida: 18/07/05 - 13:30 h


Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora	
Carlos Alberto Fr.	
Para relatar.	
Sala da Comissão de Constituição e Justiça.	
Em 26/10/05	FL
Presidente	
Obs: o prazo para manifestação é de 8 dias, nos termos do § 3º, artigo 63 do R.I.	

26/10/05 às 13:25h 

Segue em anexo 3 pastas de documentos
e papel de informação 3 folhas e 10.11.5
Nº 05 a 08
Em 11/11/05

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
RF 11.120
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

16 - PAR
16- 1326/2005

PARECER Nº DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 170/05.

Folha nº 05 do
Processo nº 17065
Fábio de Castro Peiva
Pag. 11.120

Trata-se de projeto de lei, de autoria da Nobre Vereadora Bispa Lenice, que visa dispor sobre a inserção de mensagem de caráter informativo sobre prevenção e combate ao alcoolismo nos anúncios publicitários de bebida alcoólica, veiculados por meio de "outdoors", na Cidade de São Paulo.

O projeto pode prosperar, como veremos a seguir.

Com efeito, a proposta insere-se no âmbito da competência municipal para legislar sobre assuntos predominantemente locais e encontra seu fundamento no poder de polícia administrativa do Município.

Segundo dispõe o art. 78, do Código Tributário Nacional:

"Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos."

Hely Lopes Meirelles, ao comentar sobre a polícia administrativa das atividades urbanas em geral ensina que "tal poder é inerente ao Município para a ordenação da vida urbana, nas suas exigências de segurança, higiene, sossego e bem-estar da coletividade. Por isso, a jurisprudência tem consagrado reiteradamente a validade de tal regulamentação e das respectivas sanções como legítima expressão do interesse local" (*in* "Direito Municipal Brasileiro", 6ª edição, Malheiros Ed., pág. 363).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Ademais, de acordo com o art. 160, incisos, I e II, da Lei Orgânica do Município, compete ao Poder Público Municipal disciplinar as atividades econômicas desenvolvidas em seu território, conceder e renovar licenças de instalação e funcionamento, bem como fixar horários e condições de funcionamento.

Por se tratar de matéria sujeita ao quórum de maioria simples para deliberação, é dispensada a votação em Plenário, cabendo tal prerrogativa às Comissões Permanentes, na forma do art. 46, X, do Regimento Interno desta Casa.

O projeto encontra fundamento no art. 30, I, da CF; arts. 13, I; e 160, I e II, da Lei Orgânica do Município.

Pelo exposto, somos

PELA LEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, em 26/10/05



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PARECER Nº DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 170/05.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa da nobre Vereadora Bispa Lenice, que visa dispor sobre a inserção de mensagem de caráter informativo sobre prevenção e combate ao alcoolismo nos anúncios publicitários de bebida alcoólica, veiculados por meio de "outdoors", na cidade de São Paulo.

Inicialmente importa salientar que nos termos do *caput* do art. 220 da Constituição Federal, a liberdade de expressão não pode ser cerceada pelo Poder Público. Somente em algumas matérias e nos limites do permitido pela Constituição, é que se admite alguma forma de condicionamento tendo em vista a defesa da pessoa contra práticas, produtos e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. Nestes termos dispõe o referido preceito constitucional que:

"Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

(...)

§ 3º Compete à lei federal:

*...
II – estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da **propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.***

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso."

Cópia para a Comissão de
Política Urbana e Metropolitana

Em 11/11/05

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
RF 11.120
Secretário

Recebido na Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente

Em 11-11-05 às 17 h

SOLANGE RAYMUNDO DOS SANTOS
R.F. 11444
Secretaria

Ao Nobre Vereador

João Borges

Assinatura: *[assinatura]*

Obs: o prazo para a emissão é de 03 dias, nos termos do § 3º, artigo 42 do R.I.

Segue(m) juntado(s), nesta data, documento(s) e folha de informação requerida sob nº 09

Em 12.06.2006

Ass: Marcia Gazoti
Auxiliar Tec. Administrativo
RF 51.539



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação, rubricado como folha nº

09

do processo n.º 170/2005

12/06/2006

(a)

Luzia de Almeida Leite
Supervisora de Apoio ao Plenário

À Comissão de Política Urbana, Metropolitana, Meio Ambiente,

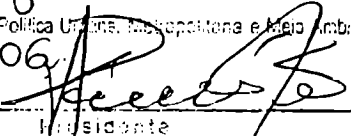
Encaminho os presentes autos para retorno à regular tramitação regimental.

12/06/2006

Ângela Bordin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP 2

Recebido na Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente

Em 13/6/16 às 10 

Ac. Nobre Vereador / À Nobre Vereadora
<u>Domingos Dissi</u>
Para relatar:
em nome do Conselho de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.
20106106 
Presidente
O prazo para manifestação é de 8 dias, nos termos do Art. 3º, Artigo 63 do R.I.

A

SEP. 2-1

A pedido de

02/13/06

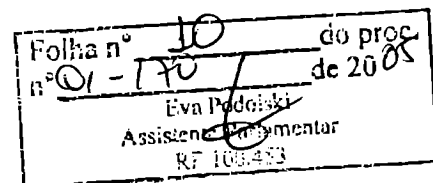
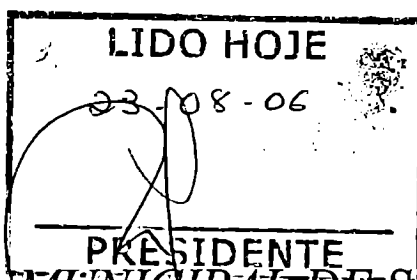
ELAINE  GAVIOLI
Secretária

Segue(m) juntado(s), nesta data, documento(s) e folha de informação rubricados sob nº <u>10 a 14</u>
Em <u>23/11/2010</u>
Ass. 

Eva Fodalski
Assistente Parlamentar
CC 100453



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO



PARECER CONJUNTO Nº /2005 DAS COMISSÕES REUNIDAS DE
POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA; SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL E TRABALHO; E FINANÇAS E
ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0170/05.

Trata-se de projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Lenice Lemos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de material publicitário preventivo, nos anúncios de bebidas alcoólicas feitos em “outdoors” na Cidade de São Paulo.

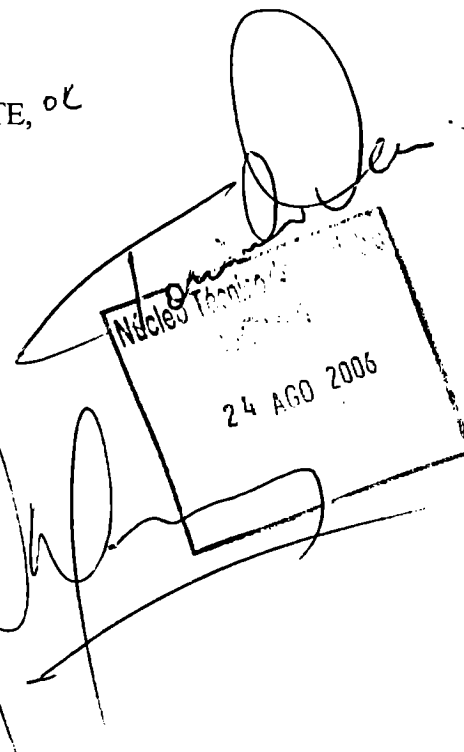
A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se pela legalidade da propositura.

Quanto ao mérito, as Comissões de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, Administração Pública e Saúde, Promoção Social e Trabalho manifestam-se A FAVOR da propositura, tendo em vista que se reveste de inegável interesse público.

No tocante ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor, uma vez que as despesas decorrentes da aprovação desta matéria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, sendo, portanto FAVORÁVEL o parecer.

Sala das Comissões Reunidas de,
POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE, OK

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, OK





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL E TRABALHO, *OK*

FINANÇAS E ORÇAMENTO *OK*

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



Folha nº 12 do proc.
nº 01-170 de 2008
Eva Podolski
100.125

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:61

rev.:

evento:082-SE data:23-08-06

Orador(es):

"PL 170 /2005, da Vereadora LENICE LEMOS (PFL). Dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de material publicitário preventivo, nos anúncios de bebidas alcoólicas feitos em "outdoors" na Cidade de São Paulo, e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara."

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Peço ao Sr. Secretário que faça a leitura do parecer.

- É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A ... Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado. Volta em segunda discussão.



- "PL 170/2005, da Vereadora LENICE LEMOS (DEMOCRATAS). Dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de material publicitário preventivo, nos anúncios de bebidas alcoólicas feitos em "outdoors" na Cidade de São Paulo, e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 2ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 170/05. Os Srs. Vereadores favoráveis à rejeição permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está rejeitado. Arquite-se.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 14
do processo n.º 01-170 de 20 05 23 / 11 / 2010 (a) _____

Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100453

À SGP-2

Sra. Secretária

Informo que o presente Projeto de Lei foi rejeitado em 2ª discussão e votação, na 53ª Sessão Extraordinária, em 23 de setembro de 2009.

23/11/2010

Lízia Oshiro
Lízia Oshiro
Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP - 21

À SGP - 33

Sra. Supervisora,

Encaminho os presentes autos para arquivamento.

23/11/2010

Ângela Bordin Andreoni
Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

Segue(m) Juntao(s), serie data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº.....
solº nº..... 15 29, 11, 10

Assessoria Paralela
Assessoria Parlamentar
PA 101.075



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha n° 15
do processo 01-170 de 2005 29/11/2010

Aparecido
Aparecido Ferreira
RF 101075

**SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL**

Proc. encerrado com 15 fls.
Arquivado em 29/11/2010
O Funcionário

Aparecido
Aparecido Ferreira
RF 101075